



ESAF
Escola de Administração Fazendária



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Concurso Público - 2005/2006

Gabarito

1

Cargo: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

Prova Objetiva

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“O destino dos homens é a liberdade”.
- 5- DURAÇÃO DA PROVA: **5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6- Na prova há **100 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e.**
- 7- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 8- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 8.4.7.1 do edital regulador do concurso.
- 12- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

Boa prova!

Escola de Administração Fazendária
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF
www.esaf.fazenda.gov.br

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nas questões 01 e 02, assinale a opção correta.

- 01- a) A interpretação conforme a Constituição consiste em procurar extrair o significado de uma norma da Lei Maior a partir do que dispõem as leis ordinárias que preexistiam a ela.
- b) A liberdade de expressão está entre os direitos fundamentais absolutos da Constituição em vigor.
- c) Normas constitucionais de eficácia restringida não apresentam eficácia jurídica alguma senão depois de desenvolvidas pelo legislador ordinário.
- d) O Advogado-Geral da União deve necessariamente participar dos processos de ação direta de inconstitucionalidade e de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, na qualidade de curador da presunção de constitucionalidade das leis.
- e) Uma norma constitucional programática pode servir de paradigma para o exercício do controle abstrato de constitucionalidade.
- 02- a) No Direito Brasileiro, considera-se impossível que uma norma inserida na Constituição possa ser tida como inconstitucional.
- b) Os Estados-membros não estão impedidos de adotar o instrumento legislativo das medidas provisórias em tema relacionado com direito tributário.
- c) Medida provisória constitui, hoje, instrumento apto para o estabelecimento de causas de extinção de punibilidade em virtude de pagamento de tributo sonegado.
- d) O princípio da separação dos poderes impede que o Ministério Público investigue fatos que possam consistir em crimes contra a ordem tributária, antes de que investigação, com igual objeto, por parte da Receita Federal, esteja concluída.
- e) O princípio da separação dos poderes não constitui obstáculo a que os Estados-membros adotem a solução parlamentarista no desenho da repartição de poderes da sua constituição estadual.

03- Considerando o Direito Brasileiro, assinale a opção correta, no que diz respeito às conseqüências da ação do poder constituinte originário.

- a) Uma lei federal sobre assunto que a nova Constituição entrega à competência privativa dos Municípios fica imediatamente revogada com o advento da nova Carta.
- b) Uma lei que fere o processo legislativo previsto na Constituição sob cuja regência foi editada, mas que, até o advento da nova Constituição, nunca fora objeto de controle de constitucionalidade, não é considerada recebida por esta, mesmo que com ela guarde plena compatibilidade material e esteja de acordo com o novo processo legislativo.
- c) Para que a lei anterior à Constituição seja recebida pelo novo Texto Magno, é mister que seja compatível com este, tanto do ponto de vista da forma legislativa como do conteúdo dos seus preceitos.
- d) Normas não recebidas pela nova Constituição são consideradas, ordinariamente, como sofrendo de inconstitucionalidade superveniente.
- e) A Doutrina majoritária e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal convergem para afirmar que normas da Constituição anterior ao novo diploma constitucional, que com este não sejam materialmente incompatíveis, são recebidas como normas infraconstitucionais.

Nas questões 04, 05 e 06, assinale a opção correta.

- 04- a) Consolidou-se o entendimento de que matéria que, no âmbito federal, está sujeita à legislação ordinária sob reserva de iniciativa do Presidente da República não pode ser regulada em Constituição Estadual.
- b) Consolidou-se o entendimento de que é possível invocar direito adquirido em face de decisão do poder constituinte originário.
- c) Do poder constituinte dos Estados-membros é possível dizer que é inicial, limitado e condicionado.
- d) Consolidou-se o entendimento de que, mediante o mecanismo da dupla revisão, é viável a superação das cláusulas pétreas entre nós.
- e) Embora nem todos os direitos enumerados no título dos Direitos Fundamentais sejam considerados cláusulas pétreas, nenhum outro, fora desse mesmo título, constitui limitação material ao poder constituinte de reforma.

- 05- a) As normas constantes do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias são insuscetíveis de revogação.
- b) Consolidou-se o entendimento de que o Presidente da República não dispõe de foro por prerrogativa de função para responder a ação por crime de responsabilidade.
- c) Incumbe ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de representação do Procurador-Geral da República para intervenção federal no caso de recusa de execução de lei federal por parte de Estado-membro.
- d) Verificado que o legislador tratou desigualmente situações desiguais fica desautorizado todo argumento de ofensa ao princípio da isonomia.
- e) *Princípio da legalidade* e *reserva de parlamento* são expressões sinônimas no constitucionalismo brasileiro.
- 06- a) É inviável o controle de constitucionalidade de norma já revogada.
- b) É impossível que se entenda devido qualquer efeito de uma lei declarada inconstitucional.
- c) Por meio da técnica da *inconstitucionalidade por arrasto*, o Supremo Tribunal Federal, em sede de controle abstrato, estende os efeitos da inconstitucionalidade declarada de uma lei a outros diplomas legislativos de igual teor, mesmo que não tenham sido objeto explícito de impugnação na demanda.
- d) É possível o controle de constitucionalidade em abstrato, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, de norma municipal.
- e) Os órgãos fracionários de tribunais de segundo grau não podem declarar a inconstitucionalidade de uma norma ordinária, mas podem, sem declarar explicitamente a inconstitucionalidade, afastar a incidência da norma ordinária pertinente à lide, para decidir essa mesma lide sob critérios diversos que estimem extraídos da Constituição.
- 07- Suponha que tenha havido a propositura de uma representação de inconstitucionalidade de lei de um certo Estado-membro perante o respectivo Tribunal de Justiça. Pouco mais adiante, e antes do julgamento da representação, o Procurador-Geral da República deduz uma ação direta de inconstitucionalidade contra essa mesma lei, perante o Supremo Tribunal Federal. Assinale a opção correta.
- a) Fica caracterizado, no problema, o fenômeno da litispendência, cabendo ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ambas as ações.
- b) A representação deverá ser tida como prejudicada antes mesmo da decisão do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Supremo Tribunal Federal somente deverá julgar a ação direta de inconstitucionalidade se o Tribunal de Justiça, antes, julgar improcedente a representação.
- d) O Tribunal de Justiça somente poderá julgar a representação depois do Supremo Tribunal Federal apenas se este não conhecer da ação direta de inconstitucionalidade.

- e) Mesmo que o Supremo Tribunal Federal julgue improcedente a ação direta de inconstitucionalidade, não será impossível ao Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade da mesma lei.
- 08- De modo geral, a decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a inconstitucionalidade de lei em ação direta de inconstitucionalidade começa a produzir todos os seus efeitos
- a) desde o trânsito em julgado da decisão.
- b) desde a publicação do acórdão, com a respectiva ementa, no Diário de Justiça.
- c) desde a data da publicação da ata da sessão de julgamento.
- d) desde o dia mesmo do julgamento da ação.
- e) no primeiro dia útil seguinte ao do julgamento da ação.
- 09- Suponha que o Supremo Tribunal Federal tenha declarado a inconstitucionalidade de uma lei federal, ao julgar um mandado de segurança. Diante disso, assinale a opção correta.
- a) Essa declaração de inconstitucionalidade, mesmo não tendo eficácia *erga omnes*, apresenta efeito vinculante para todos os órgãos do Judiciário.
- b) Se um juiz de primeira instância julgar uma causa afirmando válida a lei, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal para preservar a autoridade da sua decisão.
- c) Caberá à Câmara dos Deputados suspender os efeitos da lei, para que, então, a decisão do Supremo Tribunal Federal ostente efeitos *erga omnes*.
- d) O órgão fracionário do tribunal de segunda instância, deparando-se com a mesma arguição de inconstitucionalidade do diploma, não deverá suscitar o incidente de inconstitucionalidade, mas deverá simplesmente aplicar a decisão de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) Contra a decisão da Suprema Corte, cabe o ajuizamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, no prazo próprio da impetração de mandado de segurança.

10- Suponha que o Congresso Nacional aprove lei, de iniciativa de Deputado Federal, que reduz alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Físicas. O Presidente da República sanciona o projeto. Mais tarde, percebe que a lei é ruinosa e ouve seus conselheiros jurídicos que lhe dizem:

1. Houve vício de iniciativa na elaboração da lei.
2. O Presidente da República não pode provocar o Supremo Tribunal Federal a exercer o controle de constitucionalidade sobre a lei, porque sancionou o projeto.
3. O Presidente da República pode, desde que se atenha ao prazo de veto de que dispõe constitucionalmente, voltar atrás na sanção e vetar o projeto.
4. Tendo o Presidente da República sancionado a lei, toda discussão sobre eventual invasão da sua iniciativa privativa fica prejudicada, já que, qualquer que seja o caso, a sanção supre o vício de iniciativa.

Assinale a opção correta.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Apenas uma das afirmações está correta.
- c) Apenas duas das afirmações estão corretas.
- d) Apenas três das afirmações estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

Nas questões 11 e 12, assinale a opção correta.

- 11- a) O direito constitucional de reunião não protege pretensão do indivíduo de não se reunir a outros.
- b) As limitações do financiamento possível não têm aplicação quando se trata de definir o âmbito normativo dos direitos sociais previstos na Constituição.
 - c) O direito de propriedade apresenta aspecto de direito a prestação jurídica.
 - d) O fenômeno da colisão dos direitos fundamentais não é admitido como possível no ordenamento jurídico brasileiro, já que a Constituição não pode abrigar normas que conduzam a soluções contraditórias na sua aplicação prática.
 - e) Verificado que um direito fundamental traz consigo um dever de proteção por parte do Estado, fica também caracterizado que incumbe ao Judiciário especificar como esse direito será protegido.

- 12- a) A vedação constitucional à pena de caráter perpétuo se circunscreve à esfera das reprimendas penais.
- b) Nenhum indivíduo pode, invocando a autonomia privada, contrair, por livre deliberação, obrigações que os poderes públicos não lhe poderiam impor.
 - c) Somente no que tange aos direitos de índole trabalhistas dispostos no título da Constituição que cuida dos direitos fundamentais, pode-se falar em eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares.
 - d) Os estrangeiros não-residentes estão alijados da titularidade dos direitos fundamentais entre nós.
 - e) Pessoa jurídica de direito público pode ser titular de direitos fundamentais invocáveis contra interesses de indivíduos.

13- Assinale a norma que não fere a Constituição Federal.

- a) Norma estadual que determina a perda da propriedade de veículo cujo IPVA não seja pago por mais de 3 anos consecutivos.
- b) Norma municipal que estipula tempo máximo para que as agências bancárias situadas no território do Município atendam clientes em fila de espera.
- c) Norma de lei estadual que veda a concessão de gratuidade no transporte coletivo urbano.
- d) Norma da Constituição Estadual que estabelece a competência do Governador para conceder, por decreto, anistia tributária.
- e) Lei estadual que, versando sobre trânsito de automóveis no território do Estado, proíbe a instalação de barreiras eletrônicas e impõe a desativação das já existentes.

Nas questões 14 e 15, assinale a opção correta.

- 14- a) O Estado não é responsável civilmente pelo dano sofrido por particular que sofre seqüestro cometido por presidiário que fugiu da penitenciária, por negligência de agentes penitenciários, e, formando quadrilha, passou a praticar delitos.
- b) O servidor público, que sofreu prejuízo enquanto desempenhava função pública, não pode invocar a responsabilidade civil objetiva do Estado pelos danos sofridos, mesmo que não tenha concorrido para o evento danoso.
 - c) É objetiva a responsabilidade civil do Estado por danos causados por omissão de seus agentes.
 - d) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente tanto aos usuários do serviço quanto às demais pessoas que não ostentem a condição de usuário, mas que sejam prejudicadas pela ação dessas pessoas jurídicas.
 - e) Não é juridicamente possível a ação de indenização por dano moral decorrente de ato do Poder Judiciário.

- 15-a) A Procuradoria da Fazenda Nacional tem por autoridade hierárquica máxima o Ministro de Estado da Fazenda.
- b) As Casas Legislativas da União ou dos Estados-membros têm os seus direitos e prerrogativas defendidos em juízo pela Advocacia da União e pelas Procuradorias Estaduais, respectivamente, sendo-lhes vedado criar procuradorias próprias que as represente em juízo.
- c) A Constituição de um Estado-membro não pode conferir autonomia funcional, administrativa e financeira à Procuradoria-Geral do seu Estado.
- d) Os membros da Advocacia da União, depois de adquirida a estabilidade, gozam das mesmas garantias dos membros também estáveis do Ministério Público da União.
- e) Constitui função institucional privativa do Ministério Público a propositura de ação civil pública para a defesa do patrimônio público.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 16- Considerando os temas “vigência e aplicação da legislação tributária” e “interpretação e integração da legislação tributária” e as disposições do CTN, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.
- () O emprego da analogia pode resultar na exigência de tributo.
- () A lei tributária aplica-se ao ato ou fato pretérito, quando for interpretativa, ressalvadas as hipóteses em que redundar na aplicação de penalidade.
- () Quando extinguir tributo, a lei tributária pode ser aplicada a fato anterior à sua vigência.
- () A lei que disponha sobre moratória e remissão do crédito tributário deve ser interpretada, segundo o Código Tributário Nacional, em benefício do contribuinte.
- a) F, F, V, F
b) V, V, F, F
c) F, V, V, F
d) V, F, F, V
e) F, V, V, V

- 17- Considerando o tema “obrigação tributária” e as disposições do CTN, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () O interditado pode ser sujeito passivo da obrigação tributária.
- () A definição legal do fato gerador não pode ser verificada se for abstraída a validade jurídica dos atos praticados.
- () A utilização de pauta fiscal pela administração tributária é uma forma de arbitramento da base de cálculo.
- () A obrigação acessória nasce em razão da ocorrência de um fato gerador e independe de providência da autoridade fiscal para ser exigida.
- a) V, V, V, V
b) F, V, F, F
c) F, V, F, V
d) V, F, V, V
e) V, F, V, F

- 18- Leia a assertiva a seguir e assinale, adiante, a opção que a completa corretamente.

Em programas de parcelamento amplos como o Refis, o Paes etc., tem sido comum o legislador condicionar a fruição de benefícios como diminuição de multa e juros à desistência de ação judicial eventualmente em curso contra a cobrança do tributo passível de parcelamento. Essa exigência

- a) tem sido majoritariamente afastada pelos tribunais, que a entendem inconstitucional, por violar o princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário.
- b) ainda é objeto de grave controvérsia nos tribunais superiores sobre o assunto.
- c) predomina como legítima nos tribunais, vez que é opção do devedor desistir da ação e aderir ao programa, a cuja adesão é facultativa.
- d) não tem sido objeto de irrisignação pelos devedores.
- e) tem sido sistematicamente julgada inconstitucional pelo STF.

19- Julgue os itens abaixo segundo o entendimento atualmente dominante no Superior Tribunal de Justiça – STJ e marque, a seguir, a opção que apresenta a resposta correta.

- I. Para a repetição dos tributos chamados “indiretos”, é inafastável a prova acerca de não ter havido o repasse do encargo financeiro a terceiro, como condição para propor a ação.
- II. No caso de denúncia espontânea acompanhada de pedido de parcelamento, é indevida a incidência da multa por atraso.
- III. É inconstitucional a lei que prevê o recurso hierárquico especial ao Secretário de Estado da Fazenda contra decisão do Conselho de Contribuintes.
- IV. Em concurso de credores fazendários, o direito à preferência independe de penhora sobre o bem de cujo o fruto da arrematação se dá a disputa.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas o item III está errado.
- d) Apenas os itens I e III estão errados
- e) Todos os itens estão errados.

20- Considerando os temas “administração tributária” e “repartição de receitas tributárias”, julgue os itens abaixo e marque, a seguir, a opção que apresenta a resposta correta.

- I. A pessoa jurídica imune está obrigada a submeter-se ao exame de sua contabilidade pela autoridade fiscal.
- II. Os profissionais submetidos às regras do sigilo profissional não estão obrigados a auxiliar o Fisco com informações de seus clientes.
- III. Pertencem aos municípios o equivalente a 25% da arrecadação da União havida com o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR de contribuintes domiciliados em seu território.
- IV. Os estados têm direito à parcela da arrecadação da União havida com o Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão errados.
- c) Apenas o item I está errado.
- d) Apenas o item III está errado.
- e) Apenas o item II está correto.

21- Tendo em conta o que dispõe a CRFB/1988, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () Território Federal pode instituir taxa.
- () O Distrito Federal pode instituir os impostos estaduais, municipais, taxas e contribuição de melhoria.
- () Uma norma geral poderá, a pretexto de definir tratamento diferenciado e favorecido para as micro e pequenas empresas, instituir regime único de arrecadação de impostos e contribuições dos entes federados.
- () A planta de valores dos imóveis, para efeitos de cobrança do Imposto Sobre Veículos Automotores – IPVA no exercício seguinte, deve ser publicada antes de 90 dias de findo o exercício financeiro em curso.

- a) V, V, F, V
- b) F, V, V, F
- c) F, V, F, V
- d) V, F, V, V
- e) V, F, V, F

22- Considerando o que dispõe a Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () O Cadin contém a relação dos devedores da Fazenda Nacional responsáveis por dívidas de natureza tributária e não-tributária.
- () O registro no Cadin é suspenso quando o devedor ajuíza ação com o intuito de discutir a natureza do débito.
- () As ações de execução fiscal da União que veiculem valores inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) podem ser extintas, a requerimento do Procurador da Fazenda Nacional.
- () Em determinados casos, quando citado para responder a ação, o Procurador da Fazenda Nacional pode reconhecer a procedência do autor.

- a) V, V, V, F
- b) V, F, F, F
- c) V, F, F, V
- d) F, V, V, V
- e) F, V, F, F

23- Julgue os itens abaixo segundo o entendimento atualmente dominante no Supremo Tribunal Federal – STF e marque (V) para proposição verdadeira e (F) para a falsa, e a seguir, assinale a opção que apresenta a resposta correta.

- () O Pleno do Tribunal já analisou a constitucionalidade do inciso II do art. 198, acrescentado pela Lei Complementar n. 104/2001, que admite, em certas condições, o fornecimento de informações fiscais submetidas a sigilo, independente de autorização judicial, para uma autoridade administrativa (inciso II do art. 198 do CTN).
- () Ao tempo da edição da Lei Complementar n. 104/2001, que alterou o art. 198 do CTN, o Tribunal entendia imprescindível a autorização judicial para a obtenção das informações fiscais submetidas a sigilo.
- () A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, “c”, da CRFB/1988, alcança as entidades fechadas de previdência social privada, independente de haver ou não contribuições dos beneficiários.
- () A imunidade prevista no art. 150, VI, “d”, da CRFB/1988, abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.

- a) V, V, V, F
- b) F, V, V, V
- c) V, V, F, V
- d) V, F, V, F
- e) F, V, F, V

24- Acerca do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é correto afirmar que:

- a) o possessor não pode ser considerado contribuinte.
- b) suas alíquotas podem ser progressivas apenas em função do grau de utilização do imóvel.
- c) a base de cálculo é o valor real do imóvel.
- d) o STF entendeu inconstitucional lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas, salvo se destinadas a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- e) lei municipal não pode, para efeito da cobrança do tributo, considerar urbanas áreas com urbanização ainda incompleta.

25- Tendo em conta as disposições do Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências, assinale a opção que indica, na totalidade, os órgãos julgadores dos processos administrativos fiscais.

- a) As Delegacias da Receita Federal de Julgamento e os Conselhos de Contribuintes.
- b) Os Conselhos de Contribuintes.
- c) As Delegacias da Receita Federal de Julgamento, os Conselhos de Contribuintes e a Câmara Superior de Recursos Fiscais.
- d) As Delegacias da Receita Federal de Julgamento, os Conselhos de Contribuintes e o Ministro de Estado da Fazenda.
- e) As Delegacias da Receita Federal de Julgamento, os Conselhos de Contribuintes, a Câmara Superior de Recursos Fiscais e o Ministro de Estado da Fazenda.

26- A Lei Complementar n. 118, de 9 de fevereiro de 2005, dispõe:

“Art. 3º - Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação, observado, quanto ao art. 3º o disposto no art. 106, inciso I, da Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.”

Julgue os itens abaixo segundo o entendimento atualmente dominante no Superior Tribunal de Justiça – STJ e marque, a seguir, a opção que apresenta a resposta correta.

- I. O art. 3º é preceito normativo e não meramente interpretativo.
 - II. Os dispositivos são inconstitucionais, pois, ao veicular preceito interpretativo, fazem-no contra expressa jurisprudência da Corte, violando assim o princípio da separação dos poderes, já que impõem ao juiz uma interpretação da lei, função que é privativa deste e vedada ao legislador.
 - III. Os processos em curso ao tempo da entrada em vigor da lei devem ser julgados considerando o disposto no art. 3º.
- a) Apenas o item II está errado.
 - b) Apenas o item I está correto.
 - c) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - d) Apenas o item II está correto.
 - e) Apenas o item III está correto.

27- Considerando o tema “Ação de Execução Fiscal”, julgue os itens abaixo segundo o entendimento atualmente dominante no Superior Tribunal de Justiça – STJ e marque, a seguir, a opção que apresenta a resposta correta.

- I. Nunca repousou controvérsia acerca da isenção da União em relação às despesas decorrentes da expedição da Carta de Citação com Aviso de Recebimento – AR.
- II. É cabível a apresentação, pelo executado, de Exceção de Pré-Executividade para arguir a ocorrência de prescrição, desde que possível a análise de plano desta, independente de dilação probatória.
- III. Não é possível a citação por edital.
- IV. A alteração procedida no art. 40 da LEF, permitindo o reconhecimento, de ofício, da prescrição, é aplicável aos processos em curso ao tempo da publicação da mudança legislativa.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas o item III está errado.
- c) Apenas o item II está correto.
- d) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão errados.

28- Segundo entendimento predominante da doutrina e jurisprudência, a ação de execução fiscal movida por um Estado contra uma autarquia estadual:

- a) será julgada extinta sem julgamento de mérito, por ausência de interesse de agir.
- b) seguirá o rito previsto na Lei n. 6.830/80.
- c) seguirá o rito previsto no art. 730 do CPC.
- d) poderá acarretar a penhora de bens da autarquia.
- e) impedirá, em todas as hipóteses, a obtenção de certidão de regularidade fiscal em favor da autarquia.

29- Julgue os itens abaixo segundo o que dispõe a Lei n. 8.397, de 6 de janeiro de 1992, e marque, a seguir, a opção que apresenta a resposta correta.

- I. A medida cautelar fiscal não pode ser requerida contra o sujeito passivo de crédito de natureza não-tributária.
- II. Pode o juiz solicitar a realização de audiência de justificação prévia.
- III. A medida cautelar fiscal conserva sua eficácia durante a pendência da ação de execução fiscal correspondente ao débito.
- IV. A medida cautelar pode ser proposta antes da ação de execução fiscal correspondente.

- a) Apenas o item I está errado.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item I está correto.
- d) Apenas o item IV está errado.
- e) Apenas os itens II e IV estão corretos.

30- Considerando o tema “Lei Complementar n. 105, de 10/01/01” e as disposições da citada lei, marque, a seguir, a opção que apresenta a assertiva correta.

- a) A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de crime contra a Administração Pública, pelo juiz, apenas na fase judicial.
- b) Além das requisições judiciais, o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários podem fornecer à Advocacia-Geral da União as informações e os documentos necessários à defesa da União nas ações em que seja parte.
- c) A constitucionalidade da LC n. 105/01 foi declarada pelo STF em ADIn específica.
- d) A inconstitucionalidade da LC n. 105/01 foi declarada pelo STF em ADIn específica.
- e) Os agentes fiscais tributários da União podem examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, como providência prévia à instauração de procedimento fiscal.

DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO

31- A propósito do orçamento, e de acordo com o modelo constitucional brasileiro vigente, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá

- a) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, de modo pormenorizado, com exceção de fundos para órgãos e entidades da administração indireta.
- b) de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- c) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, bem como das empresas que contêm com participação federal, embora a União não exerça direito de voto.
- d) o orçamento da administração direta e indireta, sob responsabilidade da União, excluindo-se o orçamento da Seguridade Social.
- e) sistema específico e pormenorizado para redução de desigualdades sociais, vedando-se, no entanto, a utilização de anistias e de remissões.

32- Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a propósito de emendas ao projeto de lei do orçamento anual, tem-se que o poder de propor as aludidas emendas, que se reveste de natureza eminentemente constitucional, qualifica-se como prerrogativa

- a) de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa.
- b) institucional vinculada, de modo que afeta tão somente ao executivo.
- c) de ordem exclusiva, e conseqüentemente excluída da apreciação do judiciário.
- d) de afinidade ideológica, exigindo relação de pertinência absoluta entre o modelo original, apresentado pelo legislativo, e o modelo de alteração, proposto pelo executivo.
- e) de iniciativa exclusiva do legislativo, que afasta interferências e alterações promovidas pelo executivo.

33- Nos termos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, os dispositivos que indicam vedação de renúncia, a exemplo de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos, não se aplicam, quanto à alteração de alíquotas:

- a) aos impostos de propriedade territorial rural, de renda e de proventos de qualquer natureza e de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- b) aos impostos de propriedade de veículo automotores, aos impostos extraordinários de guerra e aos impostos de renda e de proventos de qualquer natureza.
- c) aos impostos de importação de produtos estrangeiros, de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, de produtos industrializados e de operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- d) aos impostos sobre grandes fortunas, sobre propriedade predial e territorial urbana e sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens móveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis.
- e) aos impostos sobre serviços de qualquer natureza, bem como ao imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.

34- O empenho de despesa, nos termos da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964,

- a) é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- b) é ato emanado do Presidente do Tribunal de Contas que cria para o fiscalizado obrigação de pagamento imediato.
- c) é ato de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, que detém competência exclusiva para tal, e que não depende de posterior avaliação do Tribunal de Contas.
- d) é ato extraordinário, que decorre de circunstâncias específicas, enumeradas pela lei, e que visam atender emergências.
- e) é ato ordinário, de competência de todo agente público, que não cria para o Estado obrigação de pagamento, dado que vinculado a controle prévio do Tribunal de Contas.

35- Em relação ao controle concentrado de constitucionalidade, a ser efetivado em relação à lei de diretrizes orçamentárias, o Supremo Tribunal Federal assentou que

- a) é possível, e até necessária, a fiscalização de constitucionalidade de lei orçamentária, de forma concentrada.
- b) a matéria é de âmbito político, e segundo orientação que segue o modelo da Suprema Corte norte-americana, não se justifica fiscalização por parte do poder judiciário.
- c) a questão é disciplinada integralmente pelo texto constitucional vigente, que outorga ao judiciário o controle direto, por via de ação, em relação a disposições de lei orçamentária que permitem ampliação de despesas, tão-somente.
- d) a questão suscita lacuna no modelo constitucional vigente, e deste modo só admite controle abstrato de constitucionalidade ou eventual controle difuso, que o Supremo Tribunal evita implementar, nos termos de recorrentes decisões.
- e) a lei de diretrizes orçamentárias, que tem objeto determinado e destinatários certos, assim sem generalidade abstrata, é lei de efeitos concretos, que não está sujeita à fiscalização jurisdicional no controle concentrado.

36- Nos termos da Constituição, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- a) obediência aos tratados internacionais de que o Brasil seja signatário, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego, tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- b) soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego, tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- c) defesa intransigente do patrimônio nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego, tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- d) soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, direitos humanos, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego, tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- e) soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego, tratamento favorecido para as empresas de pequeno e médio porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

37- Consoante a Constituição, compete à União desapropriar imóveis rurais para fins de reforma agrária. Assinale a opção correta.

- a) As benfeitorias úteis e necessárias são indenizadas em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos.
- b) Não podem ser desapropriadas a pequena e média propriedade rural, mesmo que seu proprietário possua outra, bem como a propriedade produtiva.
- c) Não podem ser desapropriadas as propriedades rurais que cumpram sua função social, a qual pressupõe o aproveitamento racional e adequado, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários, dos trabalhadores e dos consumidores.
- d) A desapropriação ocorre mediante ação judicial, após a edição de decreto que declara o imóvel como de interesse social.
- e) Sobre as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária incidem apenas os impostos federais.

38- A exploração direta da atividade econômica pelo Estado, ressalvados os casos previstos na Constituição, só é permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo. Assinale a opção correta.

- a) As empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como suas subsidiárias, possuem regime jurídico próprio, que prevalece sobre o regime jurídico aplicável às empresas privadas.
- b) Às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias não se aplicam os princípios da administração pública.
- c) Nos conselhos de administração e fiscais das sociedades de economia mista, não se admite a participação de acionistas minoritários.
- d) Todas as atividades que constituem monopólio da União podem ser realizadas tanto por empresas estatais como por empresas privadas.
- e) Certas atividades que constituem monopólio da União somente podem ser realizadas por empresas estatais.

39- A desconsideração da personalidade jurídica do responsável por infração da ordem econômica, nos termos da Lei n. 8.884/94, pode ocorrer quando houver

- a) simulação, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, violação dos estatutos ou contrato social, ou, ainda, falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- b) abuso de forma, nulidade do ato jurídico praticado, infração da lei, fato ou ato ilícito, violação dos estatutos ou contrato social, ou, ainda, falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- c) abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, violação dos estatutos ou contrato social, ou, ainda, falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- d) coação, abuso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, violação dos estatutos ou contrato social, ou, ainda, falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- e) má-fé, desvio de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, violação dos estatutos ou contrato social, ou, ainda, falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

40- O Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pode, nos termos da Lei n. 8.884/94, definir compromissos de desempenho, de modo a assegurar

- a) o cumprimento das condições estabelecidas na lei para a autorização dos atos de concentração.
- b) a cessação de prática infrativa à ordem econômica.
- c) o cumprimento da recomendação às autoridades competentes, contida na decisão terminativa do processo administrativo.
- d) o cumprimento das determinações contidas na medida preventiva adotada pelo Secretário de Direito Econômico ou pelo Conselheiro-Relator.
- e) que não haja continuidade dos atos ou situações que configurem infração à ordem econômica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41- O sistema legislativo pátrio possibilita aos Consórcios Públicos a promoção de amplo rol de atividades, entre as quais não se inclui

- a) realizar desapropriações.
- b) receber subvenções econômicas ou sociais de órgãos do Governo.
- c) explorar atividade econômica, com intuito de lucro, desde que tal atenda a um interesse específico da Administração Pública.
- d) promover a arrecadação de tarifas.
- e) outorgar concessão de serviços públicos (mediante autorização prevista no contrato de Consórcio Público).

42- Ainda sobre Consórcios Públicos, assinale a opção incorreta.

- a) Os consorciados respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pelo consórcio.
- b) Os Consórcios Públicos podem realizar licitação da qual decorram contratos administrativos celebrados por órgãos dos entes da Federação consorciados.
- c) O Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- d) Os Consórcios Públicos podem ter personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.
- e) Revestindo personalidade jurídica de direito privado, o Consórcio Público observará as normas de direito público no que concerne à celebração de contratos.

43- As pessoas jurídicas que integram o chamado Terceiro Setor têm regime jurídico

- a) de direito público.
- b) de direito privado.
- c) predominantemente de direito público, parcialmente derogado por normas de direito privado.
- d) predominantemente de direito privado, parcialmente derogado por normas de direito público.
- e) de direito público ou de direito privado, conforme a pessoa jurídica.

44- Sobre as pessoas jurídicas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assinale a opção incorreta.

- a) Não podem ser fundações públicas.
- b) Prestam contas, na sistemática adotada para o controle externo pela Constituição Federal, de todos os bens e recursos que tenha recebido de terceiros.
- c) Devem possuir conselho fiscal ou órgão equivalente.
- d) O vínculo de cooperação com o Poder Público é estabelecido por meio de termo de parceria.
- e) Necessariamente não têm fins lucrativos.

45- Uma das Secretarias do Ministério da Fazenda pretende comprar um bem de determinada marca. Nesse sentido, solicita manifestação do órgão de consultoria jurídica, após demonstrar ser tecnicamente justificável a opção pela marca. À luz da Lei n. 8.666/93, é correto afirmar que

- a) o pleito da Secretaria não encontra amparo legal, pois a lei veda a opção por marca.
- b) será possível a aquisição, limitada ao valor de contratação para a qual seria cabível licitação na modalidade Convite.
- c) será possível a compra, mas somente após prévia licitação.
- d) será possível a compra, mas somente por meio do reconhecimento de inexigibilidade de licitação, em vista da necessidade de que o bem seja de determinada marca.
- e) será possível a compra, não se podendo apontar, a partir das informações do comando desta questão, se deverá ou não haver prévia licitação.

46- Relativamente à utilização do Sistema de Registro de Preços em âmbito federal, assinale a opção correta.

- a) A Ata de Registro de Preços somente poderá ser utilizada por órgão ou entidade da Administração que tenha participado do registro de preços.
- b) A licitação para registro de preços deve ser feita na modalidade Pregão, tendo em vista o tipo de certame a ser adotado, qual seja, o do menor preço.
- c) Não há prazo máximo de validade da Ata de Registro de Preços, podendo esta ser adotada enquanto puder ser comprovada sua vantajosidade para a Administração.
- d) Não há impedimento a que a Administração realize licitações específicas para a aquisição de bens que já tenham preços registrados por tal Sistema.
- e) Em vista da natureza do objeto contratual, que demandaria a realização de certame do tipo técnica e preço, não se admite o registro de preços para a contratação de bens e serviços de informática.

47- A legislação federal estabelece como formas de Parceria Público-Privada apenas

- a) a concessão comum.
- b) a concessão patrocinada.
- c) a concessão patrocinada e a concessão administrativa.
- d) as concessões comum, patrocinada e administrativa.
- e) as formas de concessão admitidas em direito, e demais contratos administrativos.

48- Relativamente às Parcerias Público-Privadas, conforme disciplinadas na legislação federal, assinale a opção correta.

- a) Não se admite a possibilidade de adoção da arbitragem para dirimir conflitos relacionados com o contrato, pois tal ofenderia os princípios da indisponibilidade do interesse público e de sua primazia em face do interesse do particular.
- b) Se comprovadamente for favorável ao interesse público, admite-se parceria público-privada que tenha como objeto único a execução de obra pública.
- c) Por meio de parceria público-privada, pode-se delegar a função estatal de regulação.
- d) Não é possível reconhecer legitimidade aos financiadores do projeto para receber indenizações por extinção antecipada do contrato, tendo em vista que não integraram a relação contratual de parceria.
- e) Ainda que a licitação para a contratação da parceria não possa ser feita sob a modalidade Pregão, admite-se que o edital respectivo preveja a inversão das fases de habilitação e julgamento.

49- Sobre as servidões administrativas, assinale a opção incorreta.

- a) Como regra, dão direito à indenização.
- b) Estão fora do comércio.
- c) Observam o princípio da indivisibilidade.
- d) Podem incidir sobre bem público.
- e) Podem implicar não apenas uma obrigação de deixar de fazer, mas também uma obrigação de fazer.

50- Determinado Município pretende desapropriar direitos representativos do capital de instituição cujo funcionamento depende de autorização do Governo Federal, e que se submete à fiscalização deste. Tal pretensão

- a) não poderá se concretizar, pois direitos representativos de capital de uma determinada instituição não podem ser objeto de desapropriação.
- b) não encontra amparo no Direito Brasileiro, pois os Municípios só têm competência para desapropriar áreas urbanas.
- c) não poderá se concretizar, pois somente a União poderia realizar a referida desapropriação.
- d) somente poderá se concretizar se houver prévia autorização do Presidente da República, por meio de Decreto.
- e) poderá se concretizar, desde que a instituição tenha funcionamento exclusivamente no próprio Município, e independentemente de prévia autorização de membros de outro ente da Federação, sob pena de violação do pacto federativo.

51-A desapropriação que ocorre em uma área maior que a necessária à realização de uma obra, com vistas a que seja reservada para posterior desenvolvimento da própria obra, é hipótese de

- a) desapropriação indireta, por já ter o Supremo Tribunal Federal pacificado o entendimento de ser inconstitucional a perda de propriedade por alguém para que o bem fique, simplesmente, reservado para utilização futura.
- b) desapropriação indireta, vez que a desapropriação em área maior do que a inicialmente necessária somente seria juridicamente viável para assentamentos rurais, em atividades concernentes à Reforma Agrária.
- c) direito de extensão, reconhecido ao poder público quando razões de utilidade pública ou interesse social justifiquem a medida.
- d) desapropriação por zona, expressamente prevista em legislação que disciplina a desapropriação por utilidade pública.
- e) desapropriação por interesse social, tendo em vista que a destinação do bem se dará no interesse da coletividade.

52-Em 1981, João passou a ocupar, sem prévia aprovação em concurso público, um cargo efetivo de auxiliar administrativo, em administração direta municipal. Em 1985, seu irmão, Tomás, passou a ocupar cargo efetivo de fiscal, em autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, também sem prévia aprovação em concurso público. Levando em conta que a lei não declara tais cargos como de livre exoneração, que ambos permanecem em exercício desde a data de suas posses, bem assim as disposições de nossa Constituição Federal sobre a matéria, é correto afirmar que, na atualidade

- a) João e Tomás são servidores estáveis.
- b) João é servidor estável; Tomás, não.
- c) Tomás é servidor estável; João, não.
- d) por terem ingressado no serviço público sem prévia aprovação em concurso, nenhum dos dois detém estabilidade nos cargos que ocupam.
- e) não há informações suficientes, no comando desta questão, para saber se João e Tomás são servidores estáveis.

53-Nos termos da Lei n. 8.112/90, entende-se como o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder

- a) a redistribuição.
- b) a remoção.
- c) a cessão.
- d) a disponibilidade.
- e) a substituição.

54-Entre as opções abaixo, assinale aquela que, consoante estabelece a Lei n. 8.112/90, não constitui, por si só, razão para demissão de servidor público federal.

- a) Incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
- b) Revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.
- c) Inassiduidade habitual.
- d) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
- e) Manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.

55-Sobre improbidade administrativa, na forma como disciplinada em legislação federal, é correto dizer que

- a) é possível se falar em improbidade administrativa para atos que não importem enriquecimento ilícito e não tenham causado prejuízo ao erário.
- b) a obrigação de ressarcimento do dano se restringe aos atos de lesão ao patrimônio público dolosos, sejam omissivos ou comissivos.
- c) a regra de que o sucessor responde por dívidas do sucedido não se aplica em hipóteses de improbidade administrativa, dada a natureza personalíssima da responsabilidade pelos atos envolvidos.
- d) em vista da gravidade dos atos de improbidade administrativa, o legislador federal optou por tornar as ações respectivas imprescritíveis, o que deu azo a duras críticas pela doutrina e jurisprudência pátrias.
- e) tecnicamente, somente o servidor público pode praticar atos de improbidade administrativa.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

56-A Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, entre outros, inseriu parágrafo no art. 5º do texto constitucional de 1988, explicitando que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes a

- a) emendas à Constituição.
- b) leis complementares.
- c) leis ordinárias.
- d) leis delegadas.
- e) decretos legislativos.

57- Nos termos da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados, e no que se refere à observância, aplicação e interpretação dos acordos, consolidou-se regra

- a) que reflete a cláusula *rebus sic stantibus*, isto é, alteradas as condições originárias do pacto, deve-se alterar seu alcance e sua aplicabilidade.
- b) que elimina preâmbulo e anexos, limitando-se o contexto interpretativo ao horizonte de sentido inserido no corpo do tratado.
- c) que prestigia a boa-fé, mas que não a elege a categoria interpretativa, dado o regime competitivo que impera na ordem internacional.
- d) que consolida como regra a retroatividade benigna dos tratados, mesmo que intenção diferente tenha informado a concepção do pacto internacional.
- e) que reflete a cláusula *pacta sunt servanda*, isto é, todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa-fé.

58- Na redação da Emenda Constitucional de Revisão n. 3, de 7 de junho de 1994, são brasileiros natos

- a) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- b) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- c) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que estes estejam a serviço de seu país.
- d) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que pelo menos um deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, e desde que os interessados optem, com a maioria, pela nacionalidade brasileira.
- e) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, originária ou derivada, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram nacionalidade brasileira.

59- É objetivo do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima, de 1997,

- a) a diminuição da eficiência energética em setores relevantes da economia internacional, como modo direto de internalização de externalidades negativas.
- b) a proibição imediata de formas sustentáveis e não sustentáveis de agricultura, à luz das considerações sobre mudança do clima.
- c) a redução gradual ou eliminação de imperfeições de mercado, de incentivos fiscais, de isenções tributárias e tarifárias e de subsídios para todos os setores emissores de gases de efeito estufa.
- d) a pesquisa, a promoção, o desenvolvimento e aumento do uso de formas não renováveis de energia, de tecnologia de seqüestro de dióxido de carbono e de tecnologia ambientalmente seguras.
- e) a ampliação de emissões de metano por meio de sua recuperação e utilização no tratamento de resíduos, bem como no transporte, na produção e na distribuição de energia.

60- De acordo com a Carta das Nações Unidas, de 1945, a Assembléia Geral

- a) será composta de quinze membros, observando-se que a República da China, a França, o Reino Unido, a Rússia, a Inglaterra e os Estados Unidos são membros permanentes.
- b) será constituída por todos os membros das Nações Unidas.
- c) é composta por cinquenta e quatro membros das Nações Unidas, eleitos pelo Conselho Econômico e Social, respeitando-se a presença dos membros permanentes.
- d) será constituída por todos os países signatários da Carta, com exceção da Suíça e de países que estejam sob fiscalização internacional, no que toca ao desrespeito a pauta de direitos humanos.
- e) será composta pelos signatários originários da Carta, como membros permanentes, e por signatários supervenientes, como membros aderentes, outorgando-se direito de voto àqueles primeiros.

61- Nos termos do Estatuto do Tribunal Penal Internacional, assinado em Roma, em 1998, ao qual o Brasil aderiu em fevereiro de 2000, é competência deste tribunal julgar, exceto

- a) crimes de genocídio, a exemplo de ofensas graves à integridade física ou mental de membros de grupo.
- b) crimes contra a humanidade, a exemplo de agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável.
- c) crimes de guerra, a exemplo da destruição ou a apropriação de bens em larga escala, quando não justificadas por quaisquer necessidades militares e executadas de forma ilegal e arbitrária.

- d) crimes políticos, a exemplo de manipulação de eleições, do forjamento de dados e de agressões à liberdade de expressão.
- e) a transferência, direta ou indireta, por uma potência ocupante de parte da sua população civil para o território que ocupa ou a deportação ou transferência da totalidade ou de parte da população do território ocupado, dentro ou fora desse território.

DIREITO COMERCIAL

62- Com base no que dispõe o Código Civil Brasileiro, julgue os itens a seguir, assinalando, ao final, a opção com a resposta correta.

- () As obrigações contraídas pela pessoa impedida legalmente de exercer atividade própria de empresário são nulas.
 - () Poderá o representante ou assistente legal do incapaz continuar a empresa antes exercida por ele, enquanto capaz, mediante autorização judicial.
 - () Ocorrendo emancipação do menor, a inscrição no Registro Civil é suficiente para dar publicidade a esta condição para o exercício da atividade de empresário até então exercida pelo assistente legal.
 - () O empresário casado pode alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens.
 - () Não podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros, os cônjuges casados no regime de separação de bens convencional ou comunhão universal de bens.
- a) V, F, V, F, V
b) F, V, V, V, F
c) F, V, F, V, F
d) F, F, F, V, V
e) V, V, V, F, F

63- Assinale a opção correta.

- a) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, positivada pela primeira vez no direito brasileiro pelo Código Civil de 2002, permite que, preenchidos os requisitos legais, os efeitos de certas e determinadas obrigações sociais sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- b) A decisão pela desconsideração da personalidade jurídica é faculdade do juiz nos termos do Código Civil, e mediante requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir, não sendo possível a concessão de ofício.
- c) De acordo com o entendimento dominante no Superior Tribunal de Justiça, é necessária ação judicial autônoma para a desconsideração da pessoa jurídica.

- d) Consoante entendimento dominante na jurisprudência pátria, havendo dívida líquida não paga pela pessoa jurídica, é possível ao credor ajuizar execução diretamente contra os sócios da pessoa jurídica, requerendo a desconsideração da pessoa jurídica, presumindo-se o abuso da personalidade jurídica.
- e) O entendimento predominante na jurisprudência pátria é no sentido de que, sendo deferida a desconsideração da personalidade jurídica, a execução pode atingir a todos os sócios indistintamente, tenham ou não participado da gestão da sociedade.

64- Com base no que dispõe o Código Civil Brasileiro sobre Títulos de Crédito, julgue os itens a seguir, assinalando, ao final, a opção com a resposta correta.

- () A omissão de algum requisito legal que tire do documento sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
 - () Invalida o título de crédito a cláusula que exclua ou restrinja direitos e obrigações além dos limites fixados em lei.
 - () O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval, total ou parcial.
 - () O aval posterior ao vencimento do título de crédito não produz efeitos.
 - () O pagamento parcial do título não pode ser recusado pelo credor, se no seu vencimento.
- a) V, F, F, F, F
b) V, F, V, V, V
c) F, V, F, V, V
d) V, F, F, F, V
e) V, V, V, F, F

65- Com base no que dispõe a legislação e considerando o entendimento da jurisprudência pátria, julgue os itens a seguir e assinale o item que contenha a opção correta.

- I. O Código Civil de 2002 não prevê a possibilidade de aquisição de cotas do sócio pela própria sociedade limitada, mas a opção existirá para os contratos sociais que adotarem a legislação das sociedades anônimas supletivamente.
 - II. Há Súmula do Superior Tribunal de Justiça que considera que a cobrança antecipada do Valor Residual Garantido nos contratos de *leasing* os descaracteriza.
 - III. Pelo entendimento predominante nos tribunais pátrios, na falta de pagamento das prestações do contrato de *leasing*, a ação cabível para a retomada do bem é a reintegração de posse, não se admitindo a equiparação do arrendatário à depositário infiel.
 - IV. Em regra, o trespasse importa em sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, respondendo o adquirente também pelo pagamento dos débitos contabilizados anteriores à transferência.
 - V. Com o trespasse, o alienante não pode fazer concorrência ao adquirente pelo prazo de três anos subsequentes à transferência.
- a) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - b) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 - c) Apenas o item II está errado.
 - d) Apenas os itens II e V estão errados.
 - e) Apenas os itens I e III estão corretos.

66- Julgue os itens de acordo com o Código Civil Brasileiro e assinale a opção que contém a resposta correta.

- () Na sociedade limitada, exige-se a concordância de três quartos do capital social para a mudança do objeto social, enquanto que na sociedade simples esta alteração deve ser unânime e na sociedade anônima, pela metade, no mínimo, das ações com direito a voto.
- () Admite-se a sociedade unipessoal sem limitações.
- () Em caso de omissão na regulamentação à sociedade limitada, aplicam-se os dispositivos da sociedade simples, e apenas supletivamente os da sociedade anônima e desde que tal aplicação esteja prevista no contrato social, não sendo possível usar de dispositivos da lei que de sociedade anônima quando a matéria estiver regida por artigos do Código Civil no capítulo relativo à limitada.
- () Em relação à sociedade limitada, permite-se a existência de cotas preferenciais, com vantagens aos sócios, como uma participação maior nos lucros, exclusão da participação em perdas e limitação do direito de voto.
- () Não havendo disposição em contrário no contrato, desejando o sócio ceder suas cotas, total ou parcialmente, a outro sócio ou a terceiro, poderá fazê-lo desde que não haja oposição de mais de um quarto do capital social.

- a) V, F, V, F, F
- b) V, V, F, V, F
- c) F, F, V, F, V
- d) F, V, F, V, V
- e) V, F, V, F, V

67- Considerando a legislação vigente, assinale a opção correta.

- a) Na falência, são exigíveis as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, incluindo as custas judiciais decorrentes de litígio contra o devedor.
- b) A decretação da falência interrompe a prescrição.
- c) O administrador judicial será remunerado em valores fixados pelo juiz, considerando o grau de complexidade do trabalho, entre outros itens, e, se substituído durante o processo, terá sempre direito à remuneração proporcional ao trabalho realizado.
- d) Quem requerer a falência de outrem por dolo será condenado a indenizar o devedor, em ação própria após o trânsito em julgado da decisão que julgar improcedente o pedido de falência.
- e) As microempresas e empresas de pequeno porte poderão apresentar plano de recuperação judicial, que abrangerá apenas os créditos quirografários.

DIREITO CIVIL

68- Assinale a opção falsa.

- a) Uma pessoa pode ter o gozo de um direito sem ter o seu exercício.
- b) A capacidade de gozo pressupõe a capacidade de exercício.
- c) A capacidade de gozo pode subsistir sem a capacidade de fato.
- d) A lei confere personalidade jurídica material ao nascituro.
- e) A lei admite restrições ao exercício de certos direitos pelos estrangeiros.

69- Assinale a opção correta a respeito de prescrição.

- a) A prescrição somente pode ser interrompida uma vez.
- b) A prescrição atinge as ações pessoais que protegem os direitos a uma prestação.
- c) A interrupção da prescrição promovida por um credor aproveita aos demais.
- d) O juiz não pode decretar de ofício a prescrição, mesmo para favorecer a absolutamente incapaz.
- e) Antes de consumar-se a prescrição pode haver renúncia expressa ou tácita por parte do interessado.

70- Adquire-se a posse:

- a) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador, terceiro sem mandato e pelo constituto possessório.
- b) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador, terceiro sem mandato (dependendo de ratificação) e pelo constituto possessório.
- c) pelo próprio interessado e pelo constituto possessório.
- d) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador (dependendo de ratificação), terceiro sem mandato e pelo constituto possessório.
- e) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador e por terceiro sem mandato (dependendo de ratificação).

71- São requisitos da usucapião *pro labore* (§ 4º do art. 1.228 do CC/2002):

- a) posse, por mais de cinco anos, de área traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, considerado de interesse social e econômico relevantes reconhecidos pelo Poder Executivo.
- b) posse ininterrupta e de boa-fé por mais de dez anos de uma extensa área, traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, concretizado em construção de moradia.
- c) posse por mais de cinco anos de uma extensa área, traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, concretizado em construção de moradia ou investimentos de caráter produtivo ou cultural assim considerados pelo juiz .
- d) posse por mais de dez anos de área traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, de interesse público, econômico e social relevantes.
- e) posse, por mais de cinco anos, de área traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, concretizado em construção de moradia ou investimentos de caráter produtivo ou cultural.

72- A propósito dos contratos, assinale a opção falsa.

- a) Nos contratos de seguro de pessoas o segurador não se sub-roga nos direitos do segurado.
- b) É válida a instituição da companheira de homem casado, separado de fato na data da contratação, como beneficiária do seguro.
- c) Pode-se estipular fiança sem o consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- d) É nula a cláusula contratual que exclui o pagamento do capital por suicídio do segurado.
- e) No seguro de pessoa admite-se transação para pagamento inferior ao capital segurado.

73- Constituem caso de responsabilidade civil por ato de outrem, exceto

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob seu poder e companhia, mesmo se comprovado que agiu de maneira incensurável quanto à vigilância e educação do menor.
- b) o tutor ou curador, pelos atos praticados pelos pupilos e curatelados, tenha ou não apurado sem culpa.
- c) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho ou por ocasião dele.
- d) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, menos para fins de educação, pelos seus hóspedes e moradores, havendo, ou não, culpa *in vigilando e in eligendo*.
- e) os que houverem participado nos produtos do crime, mesmo os que não participaram do delito mas receberam o seu produto.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

74- De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a manifestação da União (Fazenda Nacional), em juízo, quanto ao seu interesse em ingressar em ação que tramita perante a Justiça Estadual, como litisconsorte, assistente ou opositor:

- a) obriga o deslocamento do feito para a Justiça Federal, por incompetência absoluta superveniente, inclusive no caso de a União (Fazenda Nacional) haver ingressado mediante “embargos de terceiro”.
- b) depende, para concretizar-se, de reconhecimento quanto à legitimidade de sua pretensão pelo juiz da causa.
- c) desloca o feito para a Justiça Federal desde que o juiz da causa assim considere melhor para o seu julgamento.
- d) desloca o feito para a Justiça Federal desde que haja Vara Federal em funcionamento na mesma localidade ou região metropolitana.
- e) desloca o feito para o Supremo Tribunal Federal se uma das partes da ação originária for Município.

75- Sobre o recurso especial:

- a) havendo decisão unânime de Turma de Tribunal Regional Federal contra a qual é interposto, pela União (Fazenda Nacional), embargos de declaração liminarmente inadmitidos, ao fundamento de impertinência, mediante decisão monocrática terminativa do relator, fica caracterizada a existência de decisão de única ou última instância que autoriza a interposição do recurso especial.
- b) quando interposto contra decisão de única ou última instância de Tribunal Regional Federal ao argumento de contrariedade ou negativa de vigência a lei federal, devolve o Superior Tribunal de Justiça o conhecimento da matéria impugnada e das demais questões de natureza infraconstitucional suscitadas e discutidas no processo.
- c) inadmitido o recurso por decisão da presidência do Tribunal recorrido, aos fundamentos de que o tema especificamente suscitado no recurso especial não foi devidamente prequestionado e que a decisão recorrida está perfeitamente ajustada à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é cabível a interposição de agravo de instrumento, para o STJ, sendo adequada a fundamentação deste recurso no argumento da incompetência da instância *a quo* para apreciar aspectos estranhos aos requisitos intrínsecos ao recurso.
- d) sendo omissa a decisão do Tribunal Regional Federal sobre ponto relevante, de natureza constitucional ou infraconstitucional, expressamente suscitado nas razões de apelação cível, é desde logo cabível a interposição de recurso especial desde que arguindo contrariedade não à legislação concernente ao mérito da causa mas sim aos deveres processuais daquela Corte decorrentes das disposições do Código de Processo Civil.
- e) quando interposto contra decisão de única ou última instância de Tribunal Regional Federal ao argumento de que o aresto deu a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal, não se exige que a divergência esteja caracterizada face a decisão de outro Tribunal Regional Federal mas sim que, mediante cotejo analítico dos fundamentos de fato e de direito de cada uma das decisões (recorrida e paradigma), fique caracterizada a perfeita identidade das premissas relevantes e a diversidade das conclusões alcançadas por cada uma das Cortes julgadoras.

76- Sobre o recurso extraordinário:

- a) atende ao requisito do prequestionamento a articulação da questão, sobre a qual se pretende recorrer extraordinariamente, por oportunidade dos embargos de declaração contra a decisão unânime de Turma do Tribunal Regional Federal, independentemente da sua presença específica na matéria impugnada por ocasião da apelação, ou das respectivas contra-razões (resposta), ou nas questões anteriormente suscitadas e discutidas no processo.
- b) a inobservância, pelo juiz federal processante de primeira instância ou pelo Tribunal Regional Federal, de regra processual civil expressa, daí resultando (alegado ou presumido) prejuízo para a defesa, caracteriza, ademais de infração à respectiva legislação federal, passível de impugnação mediante recurso especial, situação de afronta aos princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal, sendo conseqüentemente pertinente a concomitante interposição de recurso extraordinário.
- c) suscitado, pela Turma do Tribunal Regional Federal, incidente de arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, e sendo ele julgado procedente, pelo pleno ou órgão especial do respectivo Tribunal, com a respectiva declaração de inconstitucionalidade, contra esta decisão não é cabível a interposição de recurso extraordinário: apenas o será, oportunamente, contra o acórdão que, após, venha a ser proferido pela Turma no caso concreto em julgamento.
- d) a decisão de Turma do Tribunal Regional Federal que, interpretando legislação tributária, conclui, em manifesta contrariedade ao entendimento da União (Fazenda Nacional), pela inclusão do contribuinte-autor em situação de isenção fiscal, caracteriza, para fins de recurso extraordinário, decisão afrontosa ao princípio constitucional da estrita legalidade em matéria tributária (art. 150, inciso I, da Constituição).
- e) interposto agravo de instrumento, para o Supremo Tribunal Federal (STF), contra a inadmissão, por decisão da presidência do Tribunal recorrido, de recurso extraordinário, a identificação, pelo próprio STF, da ausência, no instrumento recursal, de cópia de peça obrigatória, enseja, alternativamente e a juízo do próprio Tribunal, a intimação do agravante para complementar o instrumento ou a baixa dos autos à instância de origem para que ali se promova aquela mesma complementação.

77-Na fase “da resposta do réu”, conforme denominado pelo Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) que nas ações sujeitas ao procedimento ordinário o prazo para a apresentação, pela União (Fazenda Nacional), de contestação, impugnação ao valor da causa ou reconvenção, tem início com a publicação, no órgão oficial, do despacho que ordena a citação.
- b) que, ressalvada a prática de atos reputados urgentes, o Procurador da Fazenda Nacional não será admitido a atuar em juízo sem a apresentação do seu instrumento de mandato.
- c) que em ação declaratória cumulada com repetição de indébito e/ou compensação, envolvendo, conforme os documentos de arrecadação apresentados pelo contribuinte-autor com a sua petição inicial, potencial condenação da União (Fazenda Nacional) em montante principal de aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), onde foi atribuído como valor da causa, “para fins fiscais”, R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não deve o Procurador da Fazenda Nacional impugnar este valor quando a ele já corresponder, conforme a respectiva tabela, obrigação de recolhimento de custas processuais iniciais no maior valor admissível.
- d) que, identificada pelo Procurador da Fazenda Nacional responsável pelo feito a existência de débitos do mesmo contribuinte-autor inscritos em Dívida Ativa da União, dele ele apresentar reconvenção para, na mesma ação, cobrar estes valores.
- e) que, conquanto não esteja a União (Fazenda Nacional) obrigada ao ônus da impugnação específica dos fatos e nem sujeita aos efeitos da revelia, o juiz da causa não está obrigado a conhecer, de ofício, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do contribuinte-autor, salvo prescrição ou decadência, nem quanto à existência de atos administrativos normativos ou práticas reiteradas (consuetudinárias) da administração tributária federal que possam ter influência sobre a causa.

78- Julgada procedente em primeira instância (sentença), no todo ou em parte, a ação ordinária do contribuinte contra a União (Fazenda Nacional):

- a) a interposição de apelação pela União (Fazenda Nacional) torna desnecessário o “reexame necessário” (“reexame obrigatório”, “remessa *ex officio*”) da sentença pelo Tribunal.
- b) é indiferente a interposição de apelação, ou o conteúdo desta, pela União (Fazenda Nacional) ou a remessa do processo ao Tribunal por força do “reexame necessário” para fins de “prequestionamento”, requisito próprio ao cabimento dos recursos de natureza extraordinária (recurso extraordinário e recurso especial), porque naquelas duas situações serão igualmente devolvidas ao Tribunal o conhecimento da matéria impugnada em primeira instância, inclusive as questões suscitadas e discutidas no processo ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro (“efeito devolutivo”).
- c) o prazo para que o Procurador da Fazenda Nacional interponha apelação, na parte em que vencida a União (Fazenda Nacional), ou para contra-arrazoar (responder) a apelação do contribuinte-autor, conta-se em dobro face ao prazo ordinário do Código de Processo Civil, iniciando a contagem da respectiva intimação, por ordem do juízo competente, mediante publicação no órgão oficial.
- d) a recepção, pelo juiz da causa, da apelação interposta pelo contribuinte-autor, na parte em que julgada improcedente sua ação, no duplo efeito (suspensivo e devolutivo) não importa em manter ativa nesta mesma parte, até o julgamento pelo Tribunal, a tutela antecipada originalmente deferida em primeira instância.
- e) é possível a sua execução provisória mesmo que a apelação da União (Fazenda Nacional) tenha sido recebida no duplo efeito (suspensivo e devolutivo), e isto desde que seja prestado pelo exequente caução idônea e suficiente admitida pelo juiz da causa.

79- Na fase de apelação perante Tribunal Regional Federal, em ação do contribuinte contra a União (Fazenda Nacional):

- a) pode o contribuinte desistir, a qualquer tempo, de sua ação de mandado de segurança, independentemente do consentimento da União (Fazenda Nacional) mesmo que seja ela a única recorrente.
- b) em controvérsia de natureza exclusivamente infraconstitucional, sendo parcialmente provido o recurso do contribuinte, com decisão não unânime relativamente à parte improvida, deve ele, desde logo, interpor recurso especial quanto à parte unânime, sem prejuízo da interposição de embargos de divergência relativamente à parte não unânime.
- c) argüida, pelo contribuinte-recorrente, a inconstitucionalidade de lei, incumbe à respectiva turma julgadora, preliminarmente, decidir se acolhe ou não a plausibilidade da argüição, e, em caso afirmativo, submeter a argüição à apreciação do pleno ou da corte especial, conforme o caso, do respectivo Tribunal, salvo se já houver anterior pronunciamento daquele mesmo órgão superior da corte ou do Supremo Tribunal Federal: é a regra da “reserva de plenário” ou do “full bench”.
- d) é facultado ao Procurador da Fazenda Nacional responsável pelo acompanhamento do feito, a qualquer tempo antes do julgamento definitivo do recurso pelo Tribunal, desistir, a seu juízo, da apelação anteriormente interposta, desde que o faça fundamentadamente e mediante justificativa escrita.
- e) até o julgamento do recurso pela correspondente turma, a competência para conhecer e decidir sobre medidas de natureza cautelar recai sobre o presidente do Tribunal; após o julgamento pela turma, e não estando pendente o julgamento de embargos infrigentes ou de embargos de declaração, a competência fica transferida ao presidente do Tribunal ao qual competir o conhecimento do recurso (extraordinário ou especial) acaso cabível.

80- A execução contra a Fazenda Nacional

- a) processa-se mediante precatório.
- b) quando empreendida sob a forma de quantia certa exige, à vista do Código de Processo Civil e também da vigente legislação orçamentária, decisão transitada em julgado, tanto na ação principal quanto na própria ação de execução.
- c) admite a expedição de “precatório complementar”, especialmente se necessário para a cobrança dos “juros moratórios” incidentes entre a data de apresentação do precatório originário (1º de julho) e a data de seu efetivo pagamento no exercício seguinte.
- d) poderá ser processada sob a forma de “requisição de pequeno valor” para os valores iguais ou inferiores a 40 (quarenta) salários mínimos, seja este o montante originário da obrigação ou resulte de renúncia do excedente pelo credor-exeqüente.
- e) far-se-á nos próprios autos, mediante simples petição, nos casos de mandado de segurança, relativamente a parcelas pecuniárias vencidas e a honorários de advogado.

81- Nas ações de mandado de segurança:

- a) está legitimado para figurar no pólo passivo, como “autoridade coatora”, o Secretário da Receita Federal, na condição de titular máximo e representante legal, quando o ato administrativo apontado como ilegal ou abusivo for oriundo de alguma das diversas unidades (centrais, regionais, estaduais ou locais) da Secretaria da Receita Federal.
- b) a União (Fazenda Nacional), independentemente dos recursos ordinariamente cabíveis, pode requerer ao Presidente do Tribunal, ao qual competir o conhecimento respectivo do recurso, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia pública, a suspensão da execução da liminar anterior deferida por juiz de primeira instância.
- c) é lícito requerer, nos casos que envolvam prestações pecuniárias vencidas e vincendas, tanto a cessação *pro futuro* do alegado constrangimento quanto a repetição ou a compensação do indébito correspondente desde os seus primórdios.
- d) a decisão definitiva concessiva da segurança faz coisa julgada, formal e material, relativamente à ocorrência futura dos mesmos fatos.
- e) sendo a sentença concessiva, total ou parcialmente, da segurança requerida, incumbe à “autoridade coatora”, no prazo legal contado a partir de sua notificação pelo juízo, apresentar recurso de apelação, sem prejuízo do obrigatório duplo grau de jurisdição.

82- Nos juizados especiais cíveis do âmbito da Justiça Federal:

- a) a execução fiscal proposta pela União (Fazenda Nacional) será processada mediante penhora imediata em conta bancária do devedor-executado ou sobre bem de seu patrimônio desde logo indicado na petição inicial da execução, ressalvadas as impenhorabilidades protetivas do salário e do bem de família.
- b) o prazo de contestação é de 15 (quinze) dias, contado a partir do recebimento pelo réu da citação, sendo este prazo contado em quádruplo no caso da Fazenda Pública (federal, estadual ou municipal, inclusive autárquica), da Defensoria Pública ou do Ministério Público.
- c) contra a decisão de Turma Recursal da 1ª Região que houver divergido, sobre questões de direito material na interpretação de lei federal, de decisão proferida por Turma Recursal da 5ª Região, caberá “pedido de uniformização”, o qual será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito.
- d) o recurso, somente admissível contra a sentença definitiva – ressalvada a hipótese das medidas cautelares incidentais –, será necessariamente voluntária, competindo às respectivas Turmas Recursais o seu julgamento.
- e) a execução provisória de acordo ou sentença far-se-á mediante a extração de carta de sentença, e tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, o juiz, após apresentada a necessária garantia, requisitará à autoridade citada para a causa que efetue o depósito do respectivo valor no prazo de 60 (sessenta) dias.

83- Na execução fiscal, considerando a legislação específica e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

- a) é admissível, independentemente da prestação de qualquer garantia concernente à execução, a apresentação em juízo pelo devedor-executado de exceção de pré-executividade, desde que ela tenha por objeto direitos disponíveis.
- b) na execução fiscal proposta pela União (Fazenda Nacional), caso procedente, não será o devedor-executado condenado ao pagamento de honorários advocatícios, porque a dívida indicada na Certidão de Dívida Ativa já incluirá o encargo legal em substituição àqueles honorários.
- c) é possível à União (Fazenda Nacional), até a decisão de primeira instância, emendar ou substituir a Certidão de Dívida Ativa sem caracterizar processualmente a sua sucumbência, inclusive, mas não exclusivamente, nos casos de erros materiais ou defeitos formais.
- d) das sentenças proferidas em desfavor da União (Fazenda Nacional) é admissível a interposição de embargos de declaração e apelação, bem assim estão elas, independentemente do valor da causa, sujeitas a “reexame necessário” pelo Tribunal *ad quem*.
- e) é admissível a discussão judicial da dívida ativa regularmente inscrita da União (Fazenda Nacional) mediante ação anulatória do ato declarativo da dívida, desde que precedida de depósito, administrativo ou judicial, do valor total e atualizado do débito.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

84- O elemento subjetivo, relativo à conduta típica do art. 1º, §1º, I, da Lei n. 9.613/98 - “Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores” é

- a) dolo.
- b) culpa.
- c) preterdolo.
- d) responsabilidade objetiva.
- e) dolo específico.

85- A delação premiada, no tocante à “Lei n. 9.613/98”, implica

- a) excludente de criminalidade.
- b) absolvição do delator.
- c) exclusão ou substituição obrigatória da pena.
- d) atenuante.
- e) causa especial de diminuição da pena.

86- **Delúbio**, funcionário público, motorista do veículo oficial - Placa OF2/DF, indevidamente, num final de semana, utiliza-se do carro a fim de viajar com a família. No domingo, à noite, burlando a vigilância, recolhe o carro na garagem da Repartição. **Delúbio** cometeu crime de

- a) peculato.
- b) apropriação indébita.
- c) peculato de uso.
- d) peculato-desvio.
- e) furto.

87- **Geraldo**, pratica a conduta **X**. Sem desejar, porém, assumindo o risco, tendo mentalmente, antevisto o resultado, danifica o patrimônio de **Ciro**. A conduta de **Geraldo**, no aspecto subjetivo, identifica

- a) dolo direto.
- b) dolo eventual.
- c) culpa inconsciente.
- d) culpa consciente.
- e) preterdolo.

88- **A**, capaz e imputável, deseja produzir o efeito **X**. Dadas as circunstâncias, entretanto, causa o efeito **Y**, contido no âmbito da previsibilidade. Caracteriza a conduta de **A**

- a) crime preterdoloso.
- b) crime culposos.
- c) crime doloso.
- d) responsabilidade objetiva.
- e) fato atípico.

89- **A**, capaz e imputável, com ânimo de ofender **B**, perante terceiros, qualifica-o de “burro e canalha”. A conduta de **A** caracteriza

- a) crime de calúnia.
- b) crime de difamação.
- c) crime de injúria.
- d) fato atípico.
- e) crime culposos.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

90- Sobre a renúncia e a transação no direito do trabalho, assinale a opção incorreta.

- a) São irrenunciáveis os direitos trabalhistas atribuídos aos empregados por normas protetivas de ordem pública, sendo nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na CLT.
- b) São renunciáveis os direitos trabalhistas livremente pactuados pelas partes no contrato de trabalho, desde que demonstrado o livre consentimento.
- c) São transacionáveis os direitos trabalhistas previstos tanto em normas dispositivas quanto nas cogentes, desde que configurada a *res dubia* e, em relação aos direitos trabalhistas atribuídos aos empregados por normas protetivas de ordem pública, o caráter patrimonial.
- d) A transação extrajudicial celebrada perante as Comissões de Conciliação Prévia tem, nos termos da lei, eficácia liberatória geral dos direitos decorrentes do contrato de trabalho, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, valendo o termo de conciliação como título executivo.
- e) A transação judicial tem eficácia liberatória nos limites da homologação, valendo o termo de conciliação como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social, quanto às contribuições que lhe forem devidas.

91- Assinale a opção em que todas as verbas arroladas têm natureza remuneratória.

- a) Comissões; adicional noturno; participação nos lucros e resultados; férias.
- b) Diárias para viagem; adicional de periculosidade; 13º salário; complementação de aposentadoria.
- c) Gratificações; adicional de insalubridade; aviso prévio; transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno.
- d) Abonos; adicional de transferência; ajuda de custo; prêmios.
- e) Gorjetas; adicional de horas-extras; descansos semanais remunerados; vale-refeição.

92- Os direitos trabalhistas devidos ao empregado por força da extinção do contrato de trabalho variam conforme a modalidade da extinção. A esse respeito, assinale a opção incorreta.

- a) No pedido de demissão, são devidos ao empregado saldo de salários, aviso-prévio, 13º salário e férias.
- b) Na dispensa com justa causa, são devidos ao empregado saldo de salários e férias.
- c) Na dispensa indireta, são devidos ao empregado os mesmos direitos decorrentes da dispensa sem justa causa, inclusive a indenização correspondente a 40% (quarenta por cento) dos depósitos na conta vinculada do FGTS.
- d) Na culpa recíproca, a indenização devida ao empregado corresponde a 20% (vinte por cento) dos depósitos na conta vinculada do FGTS.
- e) Na extinção da empresa por força maior, a indenização devida ao empregado corresponde a 20% (vinte por cento) dos depósitos na conta vinculada do FGTS.

93- A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar:

- a) as ações oriundas da relação de emprego, abrangidos os entes de Direito Público externo e da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.
- b) as ações relativas às penalidades administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, salvo quando inscritas em dívida ativa, sendo da Justiça Federal a competência para a execução fiscal das mesmas.
- c) a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no artigo 195, I, "a" e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir, inclusive as devidas no curso da relação de emprego reconhecido em juízo.
- d) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho, salvo quando o dano tiver origem em acidente de trabalho, sendo da Justiça Estadual a competência nessa hipótese.
- e) os conflitos de competência entre quaisquer órgãos com jurisdição trabalhista.

94- Sobre o sistema recursal trabalhista, é correto afirmar que

- a) as decisões interlocutórias são irrecorríveis, salvo se terminativas do feito.
- b) os recursos são interpostos por mera petição no prazo comum de 8 (oito) dias e têm efeito meramente devolutivo.
- c) o Agravo de Instrumento é cabível contra a decisão que denega a interposição de recurso e deve ser apresentado diretamente no Tribunal competente para o julgamento do recurso denegado.

- d) das decisões proferidas em execução, inclusive a sentença que julga os embargos do devedor, o recurso cabível é o Agravo de Petição.
- e) em fase de execução de sentença, é cabível a interposição de Recurso de Revista, mas somente em caso de afronta direta e literal à Constituição ou lei federal.

95- Sobre a execução na Justiça do Trabalho, assinale a opção incorreta.

- a) Os trâmites e incidentes do processo executivo trabalhista são regidos, subsidiariamente, pela Lei de Execuções fiscais (Lei n. 6.830/80).
- b) A liquidação por cálculo das sentenças exequêndas ilíquidas é feita pelas partes, exceto quanto às contribuições previdenciárias incidentes, que são apuradas pelo órgão arrecadador.
- c) Estão sujeitos à execução na Justiça do Trabalho as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.
- d) O devedor será citado por oficial de justiça para, em 48 (quarenta e oito) horas, efetuar o pagamento, inclusive das contribuições sociais, ou nomear bens à penhora, com observância da ordem preferencial estabelecida no artigo 655 do Código de Processo Civil.
- e) Garantida a execução ou penhorados bens, é de cinco dias o prazo para interposição de embargos pelo devedor e de impugnação à conta de liquidação pelo credor trabalhista, os quais serão julgados na mesma sentença, assim como a impugnação apresentada pelo credor previdenciário.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

96- De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a

- a) assegurar os direitos relativos à previdência, assistência social e à educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
- b) assegurar os direitos relativos à saúde, à assistência social e à previdência, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
- c) assegurar os direitos relativos à previdência, assistência social, saúde e educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
- d) assegurar os benefícios previdenciários e o direito à assistência social, independentemente da equidade na forma de participação no custeio, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
- e) assegurar os direitos relativos à saúde, à assistência social e à educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.

97- Quanto aos princípios constitucionais da Seguridade Social, é correto afirmar:

- a) a universalidade da cobertura e do atendimento significa a cobertura de todos os riscos, chamados riscos sociais, que podem atingir as pessoas que vivem em sociedade e que todos os residentes e domiciliados no território nacional - brasileiros e estrangeiros - devem ser atendidos pelo Sistema de Seguridade Social.
- b) a seletividade refere-se à escolha dos beneficiários que serão atendidos pelo Sistema da Seguridade Social, enquanto que a distributividade define o papel de distribuição efetiva de renda reconhecido à Seguridade Social.
- c) o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios, segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal, significa a irredutibilidade do valor real, protegendo-os do fenômeno inflacionário.
- d) o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais não abrange o valor econômico dos benefícios do trabalhador rural, que podem ser menores em razão das características do trabalho desenvolvido, conforme legislação própria.
- e) a garantia do caráter democrático e descentralizado da administração é o princípio materializado na gestão tripartite - empregadores, aposentados e Governo - nos órgãos colegiados.

98- Quanto à diversidade da base de financiamento da Seguridade Social é incorreto afirmar que:

- a) toda a sociedade tem a incumbência de financiar a Seguridade Social, de forma direta ou indireta, nos termos da lei.
- b) os trabalhadores e demais segurados devem contribuir, não incidindo a contribuição sobre a aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201, da Constituição Federal de 1988.
- c) o importador de bens ou serviços está excluído do custeio da Seguridade Social em razão da inexistência de risco social a ser coberto na atividade que lhe é peculiar, além de não haver base de cálculo contemplada no art. 195, incisos I a IV, da Constituição Federal.
- d) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados a pessoa física, a receita ou o faturamento e o lucro são bases de cálculo para as contribuições devidas pela empresa ou entidade a ela equiparada.
- e) a Seguridade Social receberá recursos dos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

99- Assinale a opção incorreta.

- a) Os direitos sociais a prestações da Seguridade Social estão sob a chamada “reserva do possível”, sendo vedada a criação ou majoração de benefícios sem a correspondente fonte de custeio.
- b) Aplicam-se às contribuições da Seguridade Social as limitações constitucionais ao poder de tributar, excetuada a norma do art. 150, III, b, da Constituição Federal de 1988, por expressa previsão da anterioridade nonagesimal no art. 195, § 6º, da mesma Constituição.
- c) A instituição de outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da Seguridade Social, que não aquelas previstas no art. 195, I a IV, da Constituição Federal de 1988, deverá obedecer ao disposto no art. 154, I, do texto constitucional, devendo ocorrer por meio de lei complementar.
- d) As contribuições sociais previstas no inciso I, do art. 195, da Constituição Federal de 1988, não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra, porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- e) É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, “a” e II, do art. 195, da Constituição Federal de 1988, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.

100- Em relação à Previdência Privada é correto afirmar que:

- a) entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão fiscalizador, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.
- b) são denominados instituidores de entidades fechadas as empresas, os associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.
- c) as entidades fechadas têm como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, podendo ofertá-los nas modalidades de contribuição definida e benefício definido.
- d) nas entidades fechadas, será informado ao órgão regulador e fiscalizador o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade, escolhido entre os membros do conselho deliberativo e que responderá subsidiariamente pelas obrigações contraídas.
- e) as entidades abertas são constituídas sob a forma de sociedades anônimas ou sociedades civis e têm por objetivo operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único.